

MULHERES, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO SOCIAL: ECOS DE UM PASSADO**WOMEN, VIOLENCE AND SOCIAL EXCLUSION: ECHOES OF THE PAST** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.018-028>**Daniela Emilena Santiago**

Doutora em História pela Unesp, docente na Graduação em Psicologia da Unip

E-mail: daniela.oliverial@docente.unip.brLATTES: <http://lattes.cnpq.br/9241835690164323>**Isadora Bardeli Ferrari**

Graduanda em Psicologia da Unip, campus Assis, no 6º. Semestre

E-mail: isadora.ferrari@aluno.unip.br**Julia Fabian Dantas da Silva**

Graduanda em Psicologia da Unip, campus Assis, no 6º. Semestre

E-mail: julia.silva451@aluno.unip.br**RESUMO**

Esse texto foi elaborado visando a discussão dos elementos que deflagram a exclusão social e material de mulheres na sociedade contemporânea o que resulta em situações de difícil sobrevivência de vida além de comprometimentos de grande envergadura nos aspectos subjetivos dos públicos em questão. Nesse sentido, foi realizado estudo teórico sobre o tema e análise do filme Até a Última Gota devido ao fato do mesmo abordar a temática de reflexão proposta. Foi possível inferir que obras como essa são vitais para a problematização do tema proposto e que, como tais, são relevantes frente o contexto de exclusão e violência a que tais públicos são submetidos demonstrando correspondência do filme a realidade que afeta muitas mulheres atualmente.

Palavras-chave: Mulheres; Exclusão social; Violência; Até a Última Gota.**ABSTRACT**

This text was developed to discuss the elements that trigger the social and material exclusion of women in contemporary society, resulting in difficult survival situations and significant compromises in the subjective aspects of the target audience. In this sense, a theoretical study on the topic and an analysis of the film *Until the Last Drop* were conducted due to its focus on the proposed theme. It was possible to infer that works like this are vital for problematizing the proposed theme and, as such, are relevant to the context of exclusion and violence to which these audiences are subjected, demonstrating the film's correspondence to the reality affecting many women today.

Keywords: Women; Social exclusion; Violence; Until the Last Drop.



1 INTRODUÇÃO

É lícito supor e inferir que atualmente, considerando o cenário e a realidade brasileira, sobretudo, o grande contingente de mulheres que têm sido, constantemente, expostas a toda uma sorte de violências. Dados produzidos pelo Ministério da Mulher indicam que em 2025¹, via pesquisa, foi observado uma prevalência de famílias chefiadas por mulheres, colocando-as como responsáveis pela atenção de todas as necessidades de seus dependentes. Além de tal dado, a pesquisa observou que mulheres tinham um rendimento médio de 79,3% menos que homens em estabelecimentos formais de trabalhos, e, destacam que as mulheres seguem sendo vítimas de vários tipos de violência. Dentre elas, é apresentado que 71,6% das notificações de violência reportavam situações vivenciadas dentro das residências ou com pessoas com as quais as mulheres apresentavam convivência. Nesse caso, predominaram os registros de violência psicológica em 32,6% dos casos e violência física com 29,7% das denúncias.

Por conseguinte, a violência, ainda que com um rol amplo de elementos que buscam coibi-la e responsabilizar agressores, ainda se mostra latente e presente. Devido a essa realidade, muitos são as expressões que têm sido usadas para colocar luz a essa situação social sendo uma delas, a arte. Filmes, séries, músicas, peças teatrais se apresentam como esses dispositivos que buscam discutir um fenômeno que, ainda que se apresente contemporaneamente, guarda relações intrínsecas e diretas com uma realidade histórico e social. Dessa sorte, nos propusemos a elaborar o presente texto em que evocamos, inicialmente, a historicidade da violência direcionadas ao gênero feminino e, na sequência, apresentamos um recorte pautado em uma obra fílmica onde temas associados a figura feminina são abordados.

O interesse pelo tema posto adveio do estudo realizado pelos autores do mesmo junto ao curso de Psicologia, na Unip, através de um rol diversificado de disciplinas que problematizam vários temas sociais, e, dentre eles a violência cometida contra mulheres. Além disso, a proposta por estudos com base em filmes esteve associada uma abordagem já realizada e atrelada a disciplina de Psicologia Social, ofertada no curso de Psicologia da Unip e segundo a qual são realizadas análises de diversas expressões artísticas e culturais usando como base as referências adotadas pela Psicologia Social. Adotamos aqui, no presente texto, a mesma disposição de forma a nos aproximarmos, ainda mais de nosso objeto de estudo. O recorte proposto, para tanto, situa a violência como um produto histórico e, por isso, iniciamos nossas discussões a partir desse contexto e buscando compreender e nos aproximarmos de tal realidade.

Assim, vimos que, na natureza, diversas espécies se formam e se reproduzem de maneiras muito diferentes entre si. Uma grande parte dessas espécies, porém, se organiza de maneira muito básica: machos e fêmeas, que se reproduzem de maneira sexuada. Conforme a necessidade de sobrevivência dessas

¹ Disponível em <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2025/marco/ministerio-das-mulheres-lanca-o-relatorio-anual-socioeconomico-da-mulher-raseam-2025>. Acesso em 10 nov. 2025.



determinadas espécies, seu habitat e o nível de competição do ambiente, cada macho e cada fêmea assumem determinadas funções dentro do ciclo da vida.

Seres humanos, sendo mamíferos, também se dividem em machos e fêmeas e só se reproduzem de maneira sexuada. A questão com os seres humanos em específico é que estes se organizam de maneira muito mais complexas do que qualquer outro animal - eles dominaram o mundo, dividiram continentes, países, estados e cidades, desenvolveram ciências, filosofias, línguas e culturas, e passaram a se classificar e se organizar em diversas categorias, que vão muito além de apenas macho e fêmea.

A complexidade da natureza humana trouxe a esses seres a necessidade de desempenhar certos papéis, convenientes a maioria dominantes, para a manutenção do bem-estar social. Ao final do século XX, o entendimento sobre esses papéis e como eles foram criados se aprofundou, e foi possível compreender que muito, para não dizer quase tudo, o que ensinamos aos nossos descendentes se liga aos papéis que devemos representar no meio social e não a essência humana de fato. Dois desses papéis são o de homem e o de mulher.

O que define um ser humano como homem ou mulher engloba uma série de características, sentimentos e comportamentos, ultrapassando a biologia básica dos corpos. Pensando em “mulher”, por exemplo, é comum associar esse conceito à características como passividade, cuidado, delicadeza, obediência, *feminilidade* - outro conceito que em si já inclui diversas outras características e comportamentos. Entendendo todas essas características impostas àquelas que se definem como mulher, o meio social em geral espera que elas sejam esposas dedicadas, mães amorosas, cuidadoras excepcionais do ambiente doméstico e, já que muitas lutaram pelos direitos ao trabalho, espera-se também que sejam profissionais dedicadas e competentes. Aos sujeitos definidos como homens é esperado uma carreira profissional bem sucedida, que proporciona independência financeira, mas não é necessariamente esperado que ele se case e tenha filhos e, se o fizer, também não é esperado que ele participe ativamente no cuidado com a família.

Observa-se, então, uma disparidade nas responsabilidades femininas e masculinas, que é encontrada nas mais diversas civilizações ao redor do mundo e vem sendo evidenciada cada vez mais atualmente. Perguntas são, então, levantadas, pois macho e fêmea evoluíram juntos ao longo dos séculos, então porque um lado acabou sobrecarregado?

A resposta para essa pergunta se encontra em todos os momentos históricos onde o conhecimento repassado fez questão de reforçar a inferioridade da mulher perante ao homem, associando todo o conceito de mulher e feminino à algo mais frágil comparado ao homem e ao mundo masculino. Para entender como esses conceitos foram contaminados, caminharemos ao longo da história observando como as mulheres foram moldadas à submissão em prol do desenvolvimento social e como começou a luta contra essa opressão.



Podemos começar pela Grécia Antiga, período notável de desenvolvimento da filosofia, democracia, matemática, artes e arquitetura. É espantoso descobrir frases como “A fêmea é fêmea em virtude de certa carência de qualidades” ou ainda “A natureza sempre tende para o melhor, e o macho é naturalmente superior à fêmea, salvo por necessidade” vindas de ninguém menos que Aristóteles, um dos filósofos mais conhecidos da história. Aristóteles proclamava uma visão teleológica do funcionamento do universo, acreditando que se mulheres nasciam, era um erro natural, mas que podia ser tolerado pela necessidade de reprodução da espécie.

Platão, em sua obra *A República* V, apresenta a visão de Sócrates sobre o papel feminino na sociedade e demonstra que seu mentor tinha outra perspectiva sobre as mulheres. Ele acreditava que tudo se tratava de aptidão - mulheres, tendo direito a mesma educação que homens, podem filosofar, governar e proteger tanto quanto eles. Do mesmo modo que homens têm habilidades diferentes e são todos respeitados como iguais, mulheres também têm diferentes talentos e devem ser respeitadas da mesma maneira. Infelizmente, não foram essas ideias as repassadas pelos próximos séculos.

Avançando para a Idade Média, foi a posição de Aristóteles que se juntou ao cristianismo e influenciou toda a produção de conhecimento e a organização social. Como Simone de Beauvoir afirmou: “Legisladores, sacerdotes, filósofos, escritores e sábios empenharam-se em demonstrar que a condição subordinada da mulher era desejada no céu e proveitosa à Terra.” e, portanto, nesse período, todo e qualquer versículo bíblico que minimamente reforçasse a inferioridade da mulher - e, portanto, sua necessidade de se submeter a um marido, era disseminado pelas personalidades de destaque da época. Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, dois filósofos religiosos de muito destaque nesse período, compartilham do pensamento de Aristóteles, de que a mulher era como um erro natural. Agostinho, ainda, ia um pouco além - pregando a separação entre alma e corpo, ele entendia a alma como racional, e, portanto, ligada ao homem, e o corpo como a entrada ao pecado, e, portanto, representado pela mulher. Por reforçar a ligação feminina ao pecado, ele ditava que o estado ideal para a mulher era a castidade e o celibato e que, mesmo submetida ao marido, qualquer desejo ainda seria pecado, apenas fins reprodutivos eram justificáveis para atos sexuais.

Observa-se, portanto, um esforço coletivo ao longo de séculos para manter a mulher em posição subordinada ao homem, utilizando de qualquer justificativa que possa parecer convincente - biológica, filosófica ou religiosa.

A mulher sempre foi essencial ao homem na sociedade humana, sem essa união não é possível que a espécie continue, mas essa situação de subordinação passou a ser especialmente proveitosa à medida que o homem cria a noção de propriedades privadas. Todos os seres humanos vivem em unidade, e a partir do momento que essas unidades passam a ter posses, qualquer outra unidade que se aproxime é uma ameaça. Ainda em “*O Segundo Sexo*”, Beauvoir cita que “a vontade masculina de expansão e domínio transformou a incapacidade feminina em maldição”, isso porque, percebendo que a mulher tinha uma desvantagem física



natural, o homem a coloca na posição de Outro - qualquer Outro pode ser uma ameaça, mas no caso de um Outro mais fraco, ele pode simplesmente ser dominado e, assim, não causará problemas. Então, assim o homem fez ao longo de sua história: dominou a mulher e todos os Outros diferentes dele. Conforme as culturas se desenvolvem, muitas entendem que a mulher, por ser importante na função reprodutiva, é mais facilmente controlada quando casada, então dissemina-se essa ideia de que a mulher, sendo naturalmente inferior, deve estabelecer como seu objetivo de vida arranjar um bom marido, que cuide, proteja e a ensine a desempenhar seu papel corretamente.

Mais um grande impulso a essa ideia se deu na Reforma Protestante. Como se sabe, a Reforma alterou a maneira como a religião enxergava o trabalho e a acumulação de capital - se antes a avareza era um pecado, a partir daquele momento o trabalho era uma digna maneira de honrar a Deus e, portanto, se o indivíduo tem muito dinheiro, muitos bens, foi porque ele se esforçou o suficiente e Deus o abençoou. Seguindo essa lógica, o próprio Martinho Lutero, figura de destaque da Reforma Protestante, em diversos sermões e cartas, reforça que o trabalho da mulher é dentro de casa, cuidando do marido e dos filhos, que era assim que as mulheres honrariam a Deus e iriam para o céu.

Essa visão sobre a mulher foi a que se fixou no entendimento geral da população, e foi a ideia ensinada e repassada entre os filhos e filhas que chegavam ao mundo. Mas essa visão passa a se tornar mais complexa durante o período da Revolução Industrial. O nosso país, tendo sido dominado e colonizado, passou a reproduzir os ideais europeus, inclusive no tratamento das mulheres. Antes de ser colonizada e nomeada como Brasil, nossa terra já era habitada por uma grande diversidade de povos indígenas que viviam a sua maneira, possuíam línguas variadas e sua própria organização política, social e espiritual.

Alguns viajantes ficaram muito surpresos sobre o papel das mulheres em suas tribos, pois as mesmas não eram submissas ao homem. Além de serem ativas publicamente em suas comunidades, dependendo da tribo à qual pertenciam também eram livres para escolher com quem iriam se relacionar, se iriam ou não se casar e poderiam também se tornar guerreiras e tomar outra mulher como companheira (Rezzutti, 2019).

Os religiosos da época utilizavam a história bíblica do início do pecado na humanidade, através de Eva, como um pecado pelo qual recaiu em todas as mulheres, que carregariam esse peso por toda a eternidade. Pensando dessa forma, as mulheres não deveriam realizar atividades públicas, como os homens realizavam. A elas, a responsabilidade de cuidar das atividades domésticas, de respeitar e ser submissa a seu pai e posteriormente ao seu marido, eram impostas. Ao ver que as mulheres indígenas tinham autonomia de escolher com quem se relacionar, de ter atividades públicas e serem responsáveis por preparação de bebidas alcoólicas e alimentos canibais para realização de rituais, foram consideradas como *Evas Demoníacas*.

As ameríndias, aos olhos cristãos, principalmente dos missionários, assemelhavam-se a Evas demoníacas, que não somente fabricavam bebida alcoólica, como também embebedavam os seus homens,



davam-lhes carne humana para comer e, ainda, as mais velhas iniciavam os jovens no sexo. Caberia aos piedosos cristãos, os que conseguissem se manter puros, longe da tentação da carne, destruírem esse tipo de sociedade, que continuava, ao ver deles, afastando o homem primitivo de Deus (Rezzutti, 2019, p. 23).

Nem todos os colonos concordavam com essa visão. O viajante francês Jean de Léry e o missionário Claude d'Abbeville, ao observarem e escreverem sobre a tribo Tupinambá, concordavam ao dizer que mesmo nuas, as mulheres ameríndias não incitava os homens à luxúria e lascívia, sendo mais discretas do que as mulheres europeias.

[...] considerou as índias americanas mais modestas e discretas, mesmo estando nuas. Nelas eram imperceptíveis gestos, palavras e atos ofensivos ao olhar. Ciosas de sua honestidade, nada faziam em público capaz de provocar escândalos. Em vez de usar dos requebros, lubricidades e invenções das mulheres europeias, as índias comportavam-se com naturalidade, por isso sua nudez era discreta (Del Priore, 2004, p. 26).

Diferente do pensamento dos viajantes De Léry e d'Abbeville, os religiosos portugueses sentiam que a nudez das indígenas provocavam sua libido e eram uma tentação contra seu voto de castidade, impondo que elas usassem roupas e causando extremo desconforto a elas, mulheres que estavam sendo obrigadas a adotarem trajes e morais cristãs e eurocêtricas.

No Novo Mundo, as mulheres europeias ganharam funções especiais. As mulheres brancas eram responsáveis por trazerem os bons modos e os hábitos europeus para as colônias e muitas vezes, deveriam também cuidar dos filhos que seus maridos tiveram com indígenas e com negras escravas. Os conventos e escolas coloniais eram como uma adaptação ao modelo europeu, que era usada a séculos para moldar a submissão e invisibilidade feminina (Del Priore, 2011). Um ditado popular da época dizia que meninas que muito sabem são atrapalhadas e, para serem mães de família, elas deveriam saber pouco ou não saber nada.

Proveniente de uma sociedade patriarcal, a história que conhecemos hoje priorizava feitos e nomes masculinos, restringindo à mulher feitos domésticos e religiosos. Apesar de apagadas da história, muitas mulheres exerceram papéis centrais no processo de colonização, na administração de terras, no comando de capitanias e na tomada de decisões políticas. O silêncio sobre elas não é casual – é consequência de um sistema que sempre temeu e buscou deslegitimar a autoridade feminina. Mulheres como D. Brites de Albuquerque (capitanias em Pernambuco e norte de Alagoas), D. Ana Pimentel (capitania São Vicente – São Paulo e Rio de Janeiro) e D. Luísa Grimaldi (capitania em Espírito Santo) assumiram o governo das capitanias na ausência de seus maridos e não apenas administraram, mas também protegeram seus territórios de invasões estrangeiras e conflitos internos. Graças à atuação firme dessas mulheres, a integridade das terras do Novo Mundo foi preservada, ainda que seus nomes tenham sido, por séculos, omitidos ou minimizados nos registros oficiais (Rezzutti, 2019).



Nenhum rei português nomeou diretamente mulheres para governar qualquer capitania. Elas ocuparam esses postos obrigadas, levadas pela situação, duas pela viuvez e uma pela distância do marido. A maioria não sabia lidar com a situação, muitas vezes não tinham formação para tanto e tiveram que ter por guia algum preposto masculino (Rezzutti, 2019, p. 38). Para finalizar o quadro brasileiro feminino, não poderíamos desconsiderar a trajetória das mulheres negras, até hoje as mais prejudicadas pelo sistema misógino e racista disseminado no mundo e instalado no Brasil.

Antes do processo de escravidão e colonização, as mulheres africanas, em especial, ocupavam papéis de grande relevância em suas sociedades. Em diversos reinos africanos elas podiam ser guerreiras, rainhas-mães, comerciantes, curandeiras ou líderes espirituais. Antes de serem trazidos para serem escravos nas colônias brasileiras, os negros já eram escravizados pelos europeus devido à expansão mercantilista e colonial, especialmente a partir do século XV, que intensificou o sequestro e o tráfico de homens, mulheres e crianças africanas para atender aos interesses econômicos das potências europeias.

Após o fracasso da exploração indígena, os escravos negros foram trazidos com o intuito de ter trabalhadores mais fortes e resistentes nos engenhos e nos campos. Enquanto as mulheres brancas eram trazidas ao lado de seus maridos para garantir os chamados “bons costumes” e cuidar da vida doméstica, as mulheres negras escravizadas foram submetidas a uma realidade brutal. Tornaram-se mão de obra forçada nas casas-grandes, nos campos e nos portos, mas também foram exploradas sexualmente como concubinas, obrigadas a gerar filhos que seriam igualmente escravizados, um papel cruelmente chamado de “ventres reprodutores”. Algumas ainda atuavam como amas de leite, nutrindo os filhos das famílias senhoriais. Ao serem capturadas e vendidas, essas mulheres sofreram grandes perdas, perdas de sua própria história e cultura, de sua família, de seus bens, de sua individualidade e de humanidade (Rezzutti, 2019).

Mesmo diante dessa desumanização, muitas dessas mulheres, como as grandes guerreiras, resistiram. Acostumadas a lutarem para proteger seu povo, seu território e a si mesmas, enquanto escravas no Brasil, elas lutavam por liberdade e fugiam das colônias sempre que tinham oportunidade. Um exemplo emblemático é o de Aqualtune, princesa e filha do rei do Congo. Capturada após liderar uma batalha, foi vendida como escravizada e trazida ao Brasil. Sua história, embora silenciada e esquecida por séculos, deu origem a uma das figuras mais lembradas da resistência negra: seu neto, Zumbi dos Palmares.

Cumprindo seu papel de escrava reprodutora, Aqualtune engravidou, entretanto, nos últimos meses de gestação, organizou sua própria fuga. Chegando a Palmares e sendo reconhecida como uma grande princesa guerreira, provavelmente por chefes da mesma etnia que a sua, recebeu um mocambo, um dos territórios quilombolas, para governar (Rezzutti, 2019, p. 43)

Além da violência dos senhores, as mulheres negras escravizadas também sofriam com a crueldade das sinhás (esposas dos senhores de engenho) que muitas vezes dirigiam punições mais severas, motivadas



por ciúmes, rivalidade e o desejo de reafirmar sua própria posição social sobre os corpos dessas mulheres.

Sinhá-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença do marido, à hora da sobremesa, dentro da compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos. Outras que espatifavam a salto de botina dentaduras de escravas; ou mandavam-lhes cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas. Toda uma série de judiarias. O motivo, quase sempre, o ciúme do marido. O rancor sexual. A rivalidade de mulher com mulher (Freyre, 2004, p. 421).

O Brasil, portanto, replicou e reforçou toda a desigualdade trazida da europa, ajudando a estabelecer aqui os papéis sociais e estereótipos criados para a mulher, adicionando à eles as camadas de diversidade estabelecidas até hoje, colocando mulheres de diferentes raças e origens como superiores e inferiores dentro do país, e mulheres brasileiras no geral como inferiores a mulheres de outros países mais desenvolvidos, principalmente os europeus.

Essa construção realizada ao longo da história, que colocou mulheres em posições inferiores e sufocantes, passou a ser questionada com o desenvolvimento do capitalismo. Isso porque, agora, a grande maioria da população só poderia sobreviver se vendesse sua força de trabalho a uma fábrica. O trabalho em si era extremamente cansativo e precário, devido às excessivas horas e a condição deplorável das indústrias. O salário não compensa o esforço, levando muitas famílias a perceber que se somente o homem trabalhasse, não seria o suficiente para manter todos vivos. Em um primeiro momento, então, por uma questão de sobrevivência, mulheres e mesmo crianças passaram a assumir postos nas fábricas - por serem considerados menos capazes, recebiam menos do que os homens, o que os tornava uma mão de obra ainda mais fácil de ser explorada.

Nos períodos de guerras, os homens se apresentaram nos fronts e trincheiras e milhares de mulheres assumiram postos de serviços, não permitindo que as indústrias parassem de funcionar ou que algo faltasse aos homens em combate.

Tendo ganhado, mesmo que por mal, espaço no mercado de trabalho, as mulheres puderam se organizar melhor e iniciar seus movimentos de conquista de direitos e libertação. Obviamente, esses movimentos não foram bem aceitos e os ideais antes estabelecidos para as mulheres - de esposa e mãe cuidadora -, se reforçaram como a imagem da “mulher ideal”. Mas essa resistência masculina não foi suficiente para impedir o surgimento do movimento feminista

Esse movimento surgiu e se desenvolveu de maneira muito desigual, demonstrando que não só os homens encaravam as mulheres como Outros, mas as próprias mulheres entre si se dividiram em Umas e Outras. Isso porque a primeira onda do feminismo, no início do século XX, foi composta majoritariamente por mulheres brancas e de classe média/alta, lutando pelos seus direitos políticos (principalmente o direito ao voto). Na segunda onda, nos anos 60, o livro de Simone de Beauvoir serve de guia para que as feministas



entendam que algumas mudanças nas leis não chegam nem perto de resolver o problema de opressão, pois ele não é apenas uma desigualdade legal, é uma estratégia política de opressão que ocorre com todas as minorias e se estende até as estruturas mais profundas da história - como já foi aqui exposto. É nesse momento que o conceito de gênero ou identidade de gênero passa a ser compreendido como um papel social. Os indivíduos são como atores, o palco é a sociedade e cada ator deve aprender sobre seu personagem e atuar ao longo da vida conforme o script determina.

Voltamos, então, ao começo: tudo que se define como “homem” e como “mulher” foi construído ao longo da história e imposto aos sujeitos desde de o seu nascimento, daí vem a frase mais famosa de Beauvoir, “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” Tudo foi previamente decidido e imposto. Nada é realmente natural.

Somos ensinadas desde a mais tenra idade a como ser e parecer mulher, e introjetamos todos esses ideais em nós de maneira tão profunda que eles parecem naturais. Crescemos, então, nos cobrando de todas as maneiras possíveis para atender a todas as facetas impostas a mulher, de boa moça, mãe cuidadosa, dona de casa dedicada, estudante e trabalhadora competente, mas não precisamos nos prender a isso. O que as feministas da segunda onda concluíram era que se “mulher” é uma construção social, ela pode ser modificada, aprimorada.

A terceira onda do feminismo, iniciada nos anos 80, finalmente incluiu as Outras na luta. Mulheres negras e de “Terceiro Mundo” criaram suas próprias vertentes e grupos de resistência, demonstrando que dentro do conceito “mulher” muitas outras minorias desempenhavam papéis ainda mais marginalizados e oprimidos, que precisavam ter suas problemáticas colocadas em pauta para que a mudança realmente atingisse a todas.

Ainda hoje, infelizmente, as mulheres se encontram igualmente sobrecarregadas e oprimidas pela sociedade. Não é preciso ir muito longe para encontrar uma mulher sofrendo com o peso do papel que lhe foi imposto a performar, geralmente, um espelho basta. Muitas batalhas já foram travadas e a luta ainda segue, mas a situação continua extremamente desigual. Para a sociedade, o normal ainda é uma mulher que faça e aguente de tudo, com um sorriso gentil sempre no rosto. Assim sendo, o filme: Até a última gota, explora essa realidade, apresentando a ela contornos muitos específicos, conforme apresentaremos no decurso do texto.

2 METODOLOGIA

A metodologia usada para a produção do texto presente foi a pesquisa bibliográfica e a análise da plataforma fílmica.

A pesquisa bibliográfica se caracteriza como pesquisas que “[...]é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” (Gil, 2008, p. 50) e, nesse sentido,



é importante destacar que a revisão inicial de literatura foi toda estruturada em torno da leitura e sistematização da produção já consolidada em relação a questões que envolveram o papel da mulher ao longo dos anos. Essa abordagem foi usada visando refletir, explicar os fenômenos estudados a partir do referencial teórico existente, como indicam Lakatos; Marconi (2003, p. 106) “A pesquisa teórica procura explicar um problema a partir de referenciais teóricos já existentes.”. A busca de bases de tal natureza foi realizada através do acesso à internet e consulta a principais bases de dados.

Por outro lado, sabemos que a utilização de filmes como bases para análises e estudos se caracteriza como uma opção proveitosa se considerarmos, sobretudo, a potência dessas obras para discutir temas que a sociedade refuta de uma forma diferenciada. Por isso, tais fontes são importantes. Por outro lado, filmes representam, em grande medida, a sociedade do seu tempo uma vez que um filme só é produzido por se pressupor que haverá uma demanda, haverá telespectadores. Assim, o filme tanto funciona como um dispositivo mobilizador de reflexões quanto como uma representação de segmentos e vivências de uma dada sociedade. Portanto, “O filme é, como qualquer documento, portador de uma história.” (Ferro, 1992, p. 87). Compreendê-lo nos dá a saber qual a história que pode ser apreendida, captada.

Na delimitação de filmes a serem escolhidos é importante que os mesmos tenham adesão social, como salientamos supra, sendo esse um dos elementos adotados. A grande repercussão da obra foi um dos critérios usados. Outro elemento considerado na escola foi o fato do tema se constituir como extremamente relevante socialmente dada a temática que aborda. Para a apreensão da obra, o mesmo foi assistido pelos autores e foi inserido um resumo das principais considerações que permitem a apreensão da história representada no mesmo. Na sequência houve a análise do filme em questão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O filme *Até a última gota*² acompanha um dia na vida de Janiyah, interpretada por Taraji P. Henson, uma mãe solo de uma garotinha de 8 anos que sofre com problemas graves de saúde, como crises convulsivas. Sozinha, ela tenta com todas as suas forças dar o melhor para sua filha. Nesse dia, porém, tudo estava contra ela. Importante frisar que a história se desenrola em um subúrbio americano, e, os eventos devem ser compreendidos como inerentes ao contexto sócio-histórico afiançado.

Assim, pela manhã, os espectadores são apresentados a uma casa simples, bagunçada e com poucos móveis e estrutura simples. Nela, mãe e filha dividem uma cama e a menina precisa de fones de ouvido para conseguir dormir, graças a música exageradamente alta do vizinho. A casa é alugada, e ao levar sua filha para a escola, Janiyah é lembrada que o aluguel está atrasado e que ela será despejada se não pagar até o meio dia.

² O filme foi disponibilizado pela plataforma Netflix no ano de 2025. Ele apresentou 48,9 milhões de visualizações.



Depois de deixar a filha na escola, Janiyah segue para o primeiro de seus dois empregos, no caixa de um supermercado. Ela é atormentada por clientes impacientes e um chefe extremamente abusivo e agressivo. Apesar de incompreensível, o chefe acaba por liberar Janiyah por 30 minutos do expediente, para que ela vá até a escola da filha - ela recebe uma ligação preocupante da diretora da escola, avisando sobre as condições suspeitas em que a criança se encontra.

Na escola, Janiyah tenta explicar que a filha sofre de crises convulsivas e acabou se machucando sozinha em uma tentativa de tomar banho e que, apesar de não ter condições financeiras favoráveis, ela dá banho e alimenta a filha corretamente, respeitando as limitações de sua doença. A escola, porém, se mostra irredutível, e a criança é levada aos berros pelo Serviço Social, devido à suspeita de maus tratos. Janiyah grita em vão por sua filha, não tendo alternativas para reverter a situação a não ser, talvez, entregar a escola os 40 dólares que estavam sendo exigidos para o almoço, para amenizar as acusações. A cena deflagra grande exposição de Janiyah por parte da unidade escolar, e, não há indicações de que a escola tivesse realizado qualquer tratativa com a genitora antes desse momento. Nesse momento é conferida a perspectiva de que a criança foi para uma instituição de acolhimento.

No caminho para o trabalho, mais tragédias acontecem. Tentando escapar do trânsito, ela bate em um carro de um policial e ele, totalmente descontrolado, tira o carro de Janiyah da pista, a fazendo rodar, a ameaça e induz uma policial a permanecer ao seu favor. A policial, sem desafiar a autoridade do homem, confere os documentos de Janiyah, a multa e apreende o seu carro. Nesse momento, já sem seu carro, começa uma chuva que afeta a protagonista que, estava desprevenida. Chegando ao trabalho, agora a pé e totalmente ensopada pela chuva, Janiyah é demitida, pois estava duas horas atrasada. Como era o dia do pagamento e ela desesperadamente precisava do dinheiro, tenta pedir o seu cheque para o seu agora ex-patrão, mas ele nega, argumentando que em caso de demissão o cheque é enviado pelo correio e demora, pelo menos, três dias para ser entregue.

Saindo do trabalho, ela tenta voltar para sua casa, mas descobre que foi despejada - todas as suas coisas e de sua filha foram colocadas na rua, em meio à chuva. Ela tenta salvar algumas coisas dentro da mochila da filha, como seu projeto de ciências, que continha baterias e fios que não poderiam ser molhados, e volta ao trabalho. Para tanto, a cena da protagonista perdendo o carro, na chuva e sozinha demonstra uma realidade que afeta muitas mulheres e na qual as mães solo não possuem uma rede de apoio que as subsidiem em contextos como o que ela experienciou.

Sem mais nada a perder e totalmente desolada, Janiyah volta ao supermercado e tenta novamente pedir o cheque ao seu antigo patrão, mas enquanto explica a situação, dois homens invadem o local armados e anunciam um assalto. O dono do mercado esvazia o cofre e um dos ladrões tenta retirar a mochila que Janiyah carregava para levar o dinheiro, mas como era a mochila de sua filha, uma das únicas coisas que restava dela, Janiyah resiste. Nesse momento, os dois brigam, e ela acaba tomando a arma do ladrão e, em



uma atitude impensada, atira. O dono do supermercado se desespera e se revolta, liga para a polícia jogando a culpa pelo assalto em Janiyah, como se ela tivesse planejado tudo para ficar com o dinheiro e ela, em mais um ato de desespero, atira nele também.

Totalmente deslocada da realidade, Janiyah pega seu cheque em meio ao dinheiro do cofre, deixa a cena do crime ainda com a arma na mão, e vai até o banco. Quando ela tenta descontar o seu cheque no banco, ela não consegue, se desespera e acaba mostrando a arma para a atendente. No desespero, o banco é fechado e a gerente entra em contato para a polícia, anunciando que o banco está sendo assaltado. Uma horda de policiais cerca o banco, entre eles os detetives que já investigavam o primeiro crime no supermercado.

Conforme as horas passam dentro do banco, Janiyah abre seu coração sobre sua situação, sobre o dia que acabou de viver, e sobre o desespero de ser invisível à sociedade, de aguentar tudo sozinha em nome da filha e, ainda assim, não conseguir fazer o suficiente. A gerente do banco, Nicole (Sherry Shepherd), e a detetive principal, Detetive Raymond (Teyana Taylor), assim como uma multidão de pessoas, se compadecem com a situação de Janiyah e exigem tratamento digno e liberdade.

Ao final do filme, quando o FBI assume o cerco policial no banco e desestabiliza o vínculo até então formado pela Detetive Raymond e Janiyah, eles encontram a mãe de Janiyah e exigem uma ligação. Quando Janiyah e sua mãe conversam, descobre-se uma verdade cruel - a filha de Janiyah, o grande motivo para ela ter se levado ao extremo, havia morrido na noite anterior, após uma crise convulsiva. Janiyah, sem conseguir lidar com seu luto, alucinou a presença da filha durante o dia todo e, junto a todos os terríveis acontecimentos, acabou em um surto que a levou até o cerco no banco. Nas últimas cenas, dois finais são apresentados: um em que o FBI invade o banco violentamente e atira em Janiyah, e outro em que Janiyah e Nicole saem de mãos dadas e Janiyah é levada presa. A história deixa em aberto qual dos finais é apenas mais uma alucinação de Janiyah e qual realmente aconteceu.

Analisando a obra ficcional é possível inferir que a protagonista possui uma série de vulnerabilidades sociais que agudizam a situação. Assim, situação habitacional precária, dificuldade para manter as necessidades básicas da família e também a dificuldade de acesso ao tratamento da filha acometida por crises convulsivas são presentes na realidade apresentada. A realidade deflagra a ausência estatal presente em algumas regiões dos Estados Unidos, uma vez que, como sabemos, nem todos os países constituem políticas sociais para suprir as demandas exibidas por mulheres que apresentam a condição similar a que fora apresentada no filme.

Conforme nos indica Biroli (2014, p. 35) “O machismo e a falta de políticas públicas penalizam as mulheres, especialmente as mães e trabalhadoras, nesta sociedade em que ‘a divisão dos papéis permanece atada a compreensões convencionais do feminino e do masculino’.” De tal maneira, temos uma segunda exclusão, pois, além da exclusão social como nos indica Jodelet (2004) e segundo a qual as pessoas não



conseguem atender suas necessidades básicas, realidade essa presente na vida da protagonista, também temos a ausência de intervenção estatal visando suprir as demandas apresentadas por ela.

A situação se agudiza a tal ponto que Janiyah não consegue manter as demandas básicas necessárias a sobrevivência de si mesma e de sua filha mesmo possuindo uma rotina extensa de trabalho. A perda do carro, a perda do lar, a dificuldade em custear a escola, deflagram essa dificuldade. O excesso de trabalho a coloca em uma situação de desgaste subjetivo que acaba sendo potencializado, substancialmente, pela negligência estatal. “Dada a divisão sexual do trabalho, acentuam a carga de trabalho das mulheres na medida da restrição de políticas e equipamentos públicos de cuidado.” (Biroli, 2014, p.36). Por sua vez, a privação resulta em uma exposição de Janiyah no contexto apresentado na escola o que substancialmente elevado nas acusações de roubo o mercado.

Por fim, há a apresentação de um momento em que a criança é retirada da convivência da mãe devido ao fato de ter apresentado hematomas. Nesse sentido, é lido por nós que a carência material não é motivo para que uma família seja separada. Contudo, o contexto nos apresenta mais práticas punitivas e coercitivas do que aquelas que buscam estimular a função protetiva das famílias. Assim, nesse momento há um segundo sofrimento subjetivo enorme e, ao final resulta na tentativa frustrada de roubo ao banco.

As interpretações são múltiplas sobre a obra. Há, assim, o entendimento de que a ausência da medicação teria matado a filha de Janiyah e que tudo que acontece depois seria um processo de delírio da protagonista. Melhor dizendo, os fatos realmente aconteceram mas foram potencializados pela morte da menina. Ou então, que os eventos narrados seguiram a sequência da obra, resultando na prisão de Janiyah. De qualquer forma é importante considerar que em ambos os casos, Janiyah é resultado de um profundo processo de exclusão material que se faz presente na sociedade capitalista e que é potencializado pela ausência do Estado em prover políticas protetivas.

Por fim, Janiyah traz a realidade que muitas mulheres vivenciam atualmente, sem apoio de políticas públicas, sem rede de apoio para colaborar com suas demandas e tentando sobreviver em um sistema que é, em essência, desigual, excludente e potencialização das mais várias mazelas. Essa obra só se mostra como relevante quando é capaz de estimular reflexões e pressões populares para atender proteger esses segmentos excluídos.

4 CONCLUSÃO

Assistir a história de Janiyah nos evoca refletir sobre o fato de que muitas mulheres brasileiras vivenciam essas situações no cotidiano de suas práticas, constantemente. Isso posto, mulheres já vulnerabilizadas, sem rede de apoio e sem apoio estatal padecem de toda a sorte de situações de exclusão social levando-as a exaustão subjetiva. Por seu intento, essa história evoca a necessidade de repensarmos



nosso papel social enquanto amigas, mães, filhas e em que possamos nos apoiar e nos ajudar. Por outro lado, deflagra, em grande medida a fragilidade de equipamentos públicos como dispositivos de proteção.

Assim, temos uma reatualização de um passado que temos buscado, constantemente, romper, mas que insiste, também constantemente em nos visitar e nos apresentar, uma vez mais que nossos direitos não estão conquistados. Só estarão plenamente satisfeitos quanto todas as mulheres tiverem condições similares de vida e existência e mais, quando mulheres pretas, periféricas como Janiyah, não passem pelas situações apresentadas. Estudos como esses são vitais, essenciais, para todas profissões, e em especial, a Psicologia que sempre lutou e luta pela defesa dos direitos das minorias.



REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO. **A interpretação literal do Gênesis: De Genesi ad Litteram. Livro IX.** Tradução de José Pereira de Castro Filho. São Paulo: Paulus, 1990. (Coleção Patrística, v. 22).
- ARISTÓTELES. **Da geração dos animais.** Tradução e introdução de José Veríssimo Teixeira da Costa. São Paulo: Editora UNESP, 2006. (Coleção Os Pensadores).
- BIROLI, F. O Público e o Privado. In BIROLI, F. ; MIGUEL, L.F. **Feminismo e Política.** Sumarezinho: Boimtempo, 2014.
- DA SILVA, J. K. B. L. F. M. As condições femininas no Brasil colonial. **Revista Maiêutica**, v. 3, n. 1, p. 19–30, 2015.
- DE BEAUVOIR, S. **O segundo sexo.** Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.
- DE OLIVEIRA, I. S. As representações femininas no Brasil colonial: ausência de narrativas femininas na historiografia brasileira durante o período colonial brasileiro. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação - REASE**, v. 7, n. 1, p. 464–472, 2021.
- DEL PRIORE, M. **História das mulheres no Brasil.** [S.l.]: Unesp, 2004.
- DEL PRIORE, M. **Histórias íntimas: Sexualidade e erotismo na história do Brasil** – 2. ed. Rio de Janeiro: Planeta, 2014.
- FERRO, M. **Cinema e História.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREYRE, G. **Casa-grande e senzala.** [S.l.]: Livraria do Portal, 2004.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- JODELET, D. Os Processos Psicossociais da Exclusão. In: SAWAIA, B. (org.). **As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social.** Petrópolis: Vozes, 2004.
- LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LETÍCIA FERREIRA DA SILVA, M. A. DE C. Brasil colonial: as mulheres e o imaginário social. **Cordis**, n. 12, p. 257–279, 2014.
- PISTICELLI, A. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H. B.; SZWAKO, J. E. (Org.). **Diferenças, igualdade.** São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.
- PLATÃO. **A República.** Livro V. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. São Paulo: Martins Fontes.
- REZZUTTI, P. **Mulheres do Brasil.** Alfragide, Portugal: Leya, 2019.



FONTE

Até a Última Gota. Direção: Tyler Perry. Produção: Tyler Perry. EUA: Tyler Perry Studios / Netflix, 2025.
1 filme (105 min).